

DEFENDE NYELETI MONDLANE

Combate à violência exige medidas estruturais

Notícias, Compromisso com os Factos, 06.12.2021, Pág. 07, Ed. nº 31. 474



Nyeleti Mondlane preocupada com os índices de violência doméstica

A ELIMINAÇÃO de todas as formas de violência perpetrada contra a mulher e criança exige a adopção de medidas estruturais que incluem a melhoria do acesso aos serviços básicos como educação, saúde e protecção social.

A Ministra do Género Criança e Acção Social, Nyeleti Mondlane, defende a participação de todos os intervenientes sociais e parceiros na promoção e protecção dos direitos da mulher e criança, focando

as atenções nos grupos mais carenciados.

O país tem estado a aprovar instrumentos normativos e estratégicos para o combate à violência baseada no género, entretanto, segundo Nyeleti, urge acelerar a socialização das normas com a população e lideranças comunitárias.

“Há uma preocupação em relação à violência contra a mulher, abusos à criança, uniões prematuras e acesso aos cuidados de saúde. É preciso que as

organizações da sociedade civil estejam em sintonia nos debates e na prática, mostrando o seu comprometimento para com o fim da violência baseada no género”, disse.

Entrevistada pelo “Notícias”, no âmbito dos 16 dias de activismo sobre a violência contra a mulher e criança, a governante afirmou que o país registou avanços no acesso das mulheres à terra e meios produtivos, com enfoque no meio rural.

A título de exemplo, o número de mulheres que receberam títulos de Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) registou uma evolução positiva, com a atribuição de 723 mil títulos, em 2020, contra 240 mil disponibilizados no ano anterior.

Destacou a participação cada vez mais activa da mulher em todos os sectores, sendo visível o seu papel na esfera social, económica, cultural e política aos vários níveis, bem como na estabilidade das famílias.

Defende que para o alcance da equidade e paridade que se pretendem nos mais diversos níveis, é preciso que a sociedade invista de igual forma no acesso e retenção escolar da rapariga e do rapaz para evitar assimetrias.

Mais detalhes sobre este assunto na página dois, da presente edição.